



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XV - Nº 288 - DE 21 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO DE 2004 - R\$ 1,50



Unificar as greves em curso: metalúrgicos, bancários, judiciário!



Nas eleições municipais de outubro de 2004,
VOTO NULO PROGRAMÁTICO

Fundeb destrói ensino público e oprime aposentados

A greve do Judiciário só vence se avançar na luta

Estudantes da USP realizam seu 8º Congresso: Corrente Proletária polariza contra reformismo e conservadorismo

**Mortos na Rússia:
a restauração capitalista
é a causa do terrorismo**



ORURO/BOLÍVIA: ESTUDANTES DERRUBAM BUROCRACIA

Quinzena da Luta Operária

É Necessário a Unificação das Lutas

Apesar da pressão das direções para que não ocorram mobilizações que possam afetar as eleições, os trabalhadores vendo suas condições de vida caírem dia a dia, seus empregos serem ameaçados constantemente estão se mobilizando por suas reivindicações. As direções, percebendo que não conseguem calar os movimentos dos trabalhadores, procuram isolá-los, asfixiá-los. É o que está acontecendo com a heróica greve do judiciário por exemplo, ou as manobras feitas pela direção do sindicato dos Metalúrgicos do ABC para dividir o movimento.

A resposta dos trabalhadores deve ser a unificação dos movimentos em luta.

É importante que cada militante de um movimento procure ajudar a organizar a luta em um outro setor. A idéia dos judiciários ajudarem a organizar as lutas dos funcionários da Nossa Caixa nos fóruns é um ótimo começo. O fato é que os trabalhadores devem rechaçar o corporativismo dos burocratas sindicais.

Metalúrgicos Lutam por Aumento Real

Os metalúrgicos do ABC, que trabalham em empresas do grupo 9 (máquinas e aparelhos elétricos), 10 (lâmpadas e artefatos de ferro) e nas indústrias de fundição, entraram em greve, na segunda-feira, dia 20. São cerca de 40 mil trabalhadores. Os Metalúrgicos querem a reposição integral da inflação, aumento real de 4% nos salários, controle das horas extras efetuadas e o direito do sindicato fiscalizar as empresas terceirizadas.

Mas, infelizmente, esta greve não terá toda a sua força, pois a direção sindical dividiu o movimento. Anteriormente, já haviam negociado com as montadoras e depois com as fábricas de autopeças, ambas sem nenhuma mobilização, tirando da luta unitária cerca de 65 mil trabalhadores. Resta saber se o restante dos metalúrgicos terá força para conseguir o percentual conseguido pelas montadoras e autopeças de 10%. Outro problema que devemos avaliar era com os lucros exorbitantes que as empresas metalúrgicas tiveram, os fechamentos de postos de emprego e as terceirizações que efetivaram. Uma luta unitária de todos os metalúrgicos não levava a um melhor acordo? A burocracia do sindicato metalúrgico trabalha contra a unificação dos metalúrgicos. Ao invés de fortalecer os trabalhadores dos grupos 9 e 10, a direção do sindicato os isola nessa greve por setores. A força da classe operária está na sua união e na paralisação coletiva da produção.

A Greve Nacional dos Bancários Aumenta sua Organização

A greve dos bancários atingiu 200 mil trabalhadores —metade da categoria— em 18 capitais e pelo menos 31 cidades do país.

Em São Paulo, mesmo contra a posição da direção sindical que era contra a greve, a assembléia do dia 14, iniciou-se o movimento. No dia 17, cerca de 4 mil funcionários de bancos públicos e privados fizeram passeata, da avenida Paulista à Câmara de São Paulo. Em assembléia, decidiram manter a greve. No Rio, nesse mesmo dia, houve uma passeata, que saiu da

Av. Presidente Vargas em direção a Cinelândia (centro), com cerca de 2.000 bancários. A categoria quer 25% de reajuste entre outras reivindicações. Unidade grevista: bancários metalúrgicos e judiciário, esse é o caminho para vencer.

Químico do ABC também na Luta

Os químicos do ABC também fizeram protestos nas fábricas da região. Eles pedem 17,26% de reajuste.

MST apóia a greve Bancária

Em Prudente Prudente, cerca de 50 pessoas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) acamparam no dia 17 nas agências do Bradesco e do BCN em solidariedade ao movimento. O MST coloca assim na prática a solidariedade proletária.



Greve dos bancários se amplia. Solidariedade do MST é importante.

Trabalhadores da Vasp iniciam mobilização

Os funcionários da Vasp ameaçam iniciar uma paralisação devido à falta de pagamento dos salários referentes a agosto e das diárias de alimentação. Uma assembléia dos trabalhadores da empresa deve ocorrer na segunda (19 de setembro) para decidir se haverá greve.

Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas, a Vasp não deposita parte do FGTS, férias e o 13º salário de parcela dos trabalhadores e alguns aviões estão parando por falta de abastecimento.

Tendência de luta

Como se vê, os trabalhadores de vários ramos estão em greve e outros em campanha salarial.

A unidade grevista impõe derrotas à classe patronal e à política de arrocho dos governos.

As burocracias sindicais fazem de tudo para fragmentar os movimentos grevistas. Enquanto os trabalhadores vão à greve, a direção da CUT vai à Fiesp para propor um pacto social para impedir que os movimentos se generalizem e ganhem a força social contra as medidas que aumentam a exploração do trabalho e asseguram os lucros dos capitalistas.

Denúncias

Presidente da CUT insiste no “Pacto Social”



Luiz Marinho e Paulo Skaf (novo presidente da Fiesp) apresentaram ao governo Lula uma proposta de pacto social. A essência é de que, nos próximos três anos, os trabalhadores não reivindicariam aumentos salariais, os patrões procurariam controlar os preços e o governo reduziria a carga de impostos sobre os capitalistas. O Ministro da Fazenda considerou que a proposta não é viável. O governo se opôs porque enfrenta as frações burguesas do setor financeiro, que defendem as taxas altas de juros e as frações industriais que exigem redução de juros e diminuição dos encargos sociais. Por isso, não pôde de pronto atender o pedido de seus aliados, Marinho e Skaf.

O importante é que a proposta de pacto social entre a CUT e a Fiesp mostra o elevado grau de colaboração da burocracia sindical com setores do capital. Propor manter os salários arrochados durante três anos, reduzir os encargos sociais para os patrões e entrar na disputa em torno da política dos juros nada mais é do que assimilar e propagar no interior da classe operária a política burguesa, que tem como essência a manutenção

dos lucros. A burocracia sindical apóia o governo Lula e submete os explorados à política patronal.

A classe operária e demais oprimidos devem rejeitar toda e qualquer proposta de pacto social, porque implica renunciar as reivindicações de defesa do emprego, salário e direitos trabalhistas em prol de uma suposta “estabilidade econômica”, que visa proteger a burguesia como classe exploradora.

Tribunal Agrário é para punir os sem-terra

O governo Lula propôs a criação de uma Justiça Agrária. O objetivo é conter os conflitos no campo. O crescimento das ocupações de terra e a incapacidade do governo de cumprir a promessa de assentar 115 mil famílias até dezembro levarão ao acirramento dos choques entre os sem-terra e os latifundiários.

Essa Justiça Agrária seria uma ação mais rápida e enérgica dos governos estaduais e federal sobre os camponeses. Os camponeses exigem os assentamentos prometidos e usam o método das ocupações. Estas atingiram, somente no primeiro semestre de 2004, mais de 250. Os latifundiários e a UDR estão armados e contam com a Justiça e a polícia para expulsar os ocupantes. O choque no campo tem provocado assassinatos, prisões e perseguições de sem-terra. O Tribunal Agrário visa a disciplinar, conter e punir os camponeses que reivindicam a terra. Não se trata de um organismo para punir os latifundiários que assassinam camponeses. Por isso, temos de rechaçá-lo.

Os trabalhadores e os sem-terra devem levantar a bandeira de comitês agrários de autodefesa para enfrentar os latifundiários e seus governos. E também levantar a bandeira de Abaixo o Tribunal Agrário; Defesa do Tribunal Popular para apurar e punir os crimes da burguesia.

O que diria Trotsky aos “trotskistas” do PSTU sobre a divisão da CUT:

“Os esquerdistas impacientes dizem às vezes que é absolutamente impossível ganhar os sindicatos porque a burocracia usa o regime interno das organizações para preservar seus próprios interesses, recorrendo às maquinações mais grosseiras, à repressão, ao jogo sujo, ao estilo da oligarquia parlamentar da era dos “municípios podres”. Então por que gastar tempo e energias? Esse argumento se reduz, na realidade, ao seguinte: abandonemos a luta concreta para ganhar as massas, usando como pretexto o caráter corrupto da burocracia sindical. Esse argumento pode ser desenvolvido: por que não abandonar também o trabalho revolucionário em vista da repressão e da provocação da burocracia estatal? Aqui não há diferença de princípios, já que a burocracia sindical converteu-se, definitivamente, em parte do aparelho político, econômico e governamental do capitalismo. É absurdo pensar que seria possível trabalhar contra a burocracia sindical com sua própria ajuda, ou sequer com seu consentimento. Já que se defende mediante perseguições, violências, expulsões, recorrendo freqüentemente à ajuda das autoridades governamentais, devemos aprender a trabalhar *discretamente*

nos sindicatos, encontrando uma linguagem comum com as massas, mas sem nos descobriremos prematuramente ante a burocracia. Precisamente na época atual em que a burocracia reformista do proletariado transformou-se em guardião econômica do capital, a ação revolucionária nos sindicatos, realizada inteligente e sistematicamente, pode chegar a resultados decisivos num prazo relativamente curto. Com isso não queremos dizer que o partido revolucionário tenha alguma garantia de que ganhará completamente os sindicatos para a revolução socialista. O problema não é tão simples. O aparelho sindical tornou-se muito independente das massas. A burocracia é capaz de manter suas posições até muito tempo depois de as massas terem-se voltado contra ela. Mas é precisamente essa situação, em que as massas já são hostis à burocracia, e esta é ainda capaz de tergiversar a opinião da organização e sabotar novas eleições, a mais propícia para a criação de comitês de fábrica, conselhos operários e outras organizações para as necessidades imediatas do momento.”

In: “Os Sindicatos na Grã-Bretanha”, *Escritos sobre Sindicatos*. Editora Kairós, 1978

Voto Nulo nas eleições municipais de São Paulo

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os trabalhadores e a juventude oprimida a votarem nulo nas eleições de São Paulo, em defesa das reivindicações de emprego, salário, educação, saúde, moradia, terra aos camponeses e fim da violência sobre a população empobrecida chama os explorados a votarem nulo em defesa da construção do POR, que tem por estratégia programática a revolução proletária, a conquista de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado) e aplicação do internacionalismo socialista. •

As condições de vida da classe operária, da maior parte da classe média urbana, dos trabalhadores agrários e da juventude oprimida têm se agravado. E não por acaso. São conseqüências do capitalismo que apodrece e da necessidade da classe burguesa descarregar a crise de seu sistema sobre a maioria explorada.

Os governos não têm feito outra coisa senão aprovar medidas contrárias às condições elementares dos trabalhadores e a fazerem demagogia com algumas obras sociais. O orçamento que vem dos pesados impostos, em grande parte, está comprometido com os banqueiros, os grupos parasitas de empresários, a corrupção e o esbanjamento. Sempre falta dinheiro para resolver os graves problemas dos bairros operários, dos favelados, dos cortiçados e da rede de serviços públicos. Aplica-se uma política salarial de arrocho contra a maioria do funcionalismo e de privilégios a uma casta de burocratas.

Entretanto, quando chegam as eleições, todos os partidos se propõem a resolver essa infinidade de problemas. Uns criticam aos outros porque deixaram de fazer obras ou fizeram mal uso do dinheiro do orçamento. Mas a verdade é que, entra governo e sai governo, entra partido e sai partido, e as massas trabalhadoras continuam a sentir os golpes da pobreza e da miséria.

A cada eleição, os explorados vão experimentando os partidos da ordem capitalista e suas coligações (PSDB, PMDB, PFL, PP, PSB, PDT etc). Depositaram es-

perança e confiança no PT. Acreditaram que seria possível um novo partido que pudesse fazer do voto uma ferramenta útil para melhorar suas vidas. O PT compareceu como uma oposição apoiada nas necessidades dos trabalhadores e disposta a realizar reformas a serviço das massas populares. No entanto, assim que chegou ao poder do Estado, se mostrou tão burguês quanto os outros e tão corrompido que faz inveja às quadrilhas que comandam os demais partidos patronais.

Em São Paulo, Marta Suplicy ganhou as eleições com as mesmas promessas que o PT tem feito por toda a parte. E qual o resultado de sua administração? Protege os banqueiros, empresas que burlam as licitações e as máfias dos transportes e do lixo. Reforça e cria impostos contra a maioria da população. Reprime os perueiros e camelôs. Arrocha os salários dos funcionários municipais. Elimina direitos trabalhistas. Constrói alguns CÉUS e mantém escolas de latinhas. O governo de Marta sustenta o de Lula, voltado aos interesses das myulticaionais e dos banqueiros. Enfim, administra a Prefeitura como os governos anteriores. Isso explica o fato de José Serra (PSDB) polarizar as eleições com Marta.

A disputa serve para, mais uma vez, ludibriar as massas em torno de denúncias, acusações mútuas e novas promessas. A eterna presença de Maluf (PP) comprova que a burguesia sustenta seus corruptos e não pode puni-los porque são seus porta-vozes. Estando em terceiro lugar na disputa, Maluf comparece como o fiel da balança.

O candidato do PDT, Paulinho, comandante da Força Sindical, que controla o Sindicato Metalúrgico de São Paulo, tem sua campanha centrada na defesa do emprego. O sem-vergonha sempre fez acordo com os capitalistas prejudicando os salários e os empregos. Apoiou a Reforma da Previdência, é favorável à Reforma Sindical e Trabalhista, enfim é um crápula a serviço da burguesia no meio operário. Ninguém acredita nele.

Não se trata de lamentar em nenhum desses casos. É preciso unicamente denunciá-los como hipócritas, demagogos e lacaios do capital.

O lamentável são as candidaturas da esquerda, dita revolucionária.

O PSTU, através de seu candidato Dirceu Travesso, diz que as eleições não servem para nada. No entanto, não faz a defesa da revolução e ditadura proletárias. Acaba por reduzir sua campanha em promessas eleitorais misturadas com retórica sobre a necessidade de mobilização popular.

O PCO, por meio de Anaí Caproni, usa o pequeno espaço de tempo da TV e rádio para fazer campanha sindicalista e de demagogia sobre as minorias. Essa corrente se inutilizou a si própria ao trocar a estratégia do governo operário e camponês, que esteve na origem de sua formação, pelo governo dos trabalhadores, adaptado às campanhas eleitorais, primeiro na defesa de um governo dos trabalhadores do PT e, agora, do PCO.

A esquerda, dita revolucionária, fez de tudo para se legalizar como partido eleitoral, esperando, por esse meio, constituir suas organizações.

O Partido Operário Revolucionário, em construção, não tem como participar com candidaturas próprias nas eleições, porque a legislação repressiva impossibilita sua inscrição e proíbe a defesa do programa da revolução e do internacionalismo proletário. As eleições para o POR são instrumentos do poder político da classe capitalista. Por isso, só podem ser utilizadas como meio e tribuna para levar às massas o programa da revolução social. O uso da tática eleitoral se subordina à defesa do programa e da tática da revolução proletária.

Trabalhadores e trabalhadoras, jovens oprimidos, votem nulo contra as mentiras e a farsa eleitoral da burguesia! Votem nulo em defesa das reivindicações e dos métodos de luta coletiva! Votem nulo pela construção do partido operário revolucionário, que defende o programa da revolução e ditadura proletárias!

Porto Velho (RO)

Eleições: voto nulo nas eleições em Rondônia

Na capital de Rondônia, Porto Velho, o PSB (Mauro Nazif) e o PSDB (Everton Leoni) comparecem nas pesquisas como os mais votados. As promessas eleitorais vêm de todos os lados, como forma de iludir as massas exploradas nas candidaturas burguesas. Nazif promete ampliar o ensino superior com a criação de uma Faculdade. O candidato petista, Roberto Sobrinho, aproveita a situação para anunciar o aumento de vagas no sistema municipal de ensino por meio da Parceria Público e Privada (PPP), que é um mecanismo privatista.

As eleições são mecanismos da burguesia para arrastar os explorados por detrás dos partidos da ordem capitalista. As promessas, os discursos demagógicos e as festividades, próprios dos momentos eleitorais, têm o objetivo de desviar a atenção dos trabalhadores dos verdadeiros problemas e dos métodos que são genuínos da classe operária.

Em Porto Velho, os assassinatos de jovens têm crescido, os conflitos entre garimpeiros e indígenas expõem a miserabilidade do povo índio e a corrupção em torno dos minérios, o desemprego e os baixos salários atingem a maioria do povo e o crescimento da criminalidade abarrota as prisões.

Os problemas sociais estão por todos os lados. O trabalho escravo sequer foi erradicado. Só no mês passado, 41 trabalhadores foram retirados de fazendas porque se encontravam em regime de servidão. Desses escravos, 11 estavam na Agropecuária Itaúna Ltda, da Fazenda

da Bela Vista; 18 na Agropecuária Pimenta Bueno S/A, na Fazenda Pimenta Bueno; 12 na Fazenda Anita do empresário Osvaldo Marcelino de Mendonça.

A juventude, filhos das camadas mais exploradas, é alijada do trabalho e dos estudos. Aqueles jovens que arrumam trabalho são obrigados a se sujeitarem às condições mais precárias: não têm carteira assinada, os salários são de fome, não têm nenhum direito trabalhista e estão submetidos a uma jornada de trabalho estafante, que impede frequentar as escolas. Uma parte é empurrada para o crime, para as drogas e não vê nenhuma perspectiva de mudança a seu favor.

As eleições não resolveram esses problemas. Ao contrário, a tendência é de agravamento da crise social. O palavreado burguês de que as eleições são democráticas e que o voto do povo pobre tem o mesmo valor do voto da minoria capitalista é uma máscara para acobertar a profunda divisão da sociedade capitalista. A minoria burguesa usa as eleições para manter o seu poder de classe sobre a maioria explorada. As eleições são o campo de disputa das frações burguesas e pequeno-burguesas. A maioria oprimida é arregimentada a apoiar esse ou aquele candidato. Portanto, para referendar o poder de classe da burguesia.

O Partido Operário Revolucionário, em Porto Velho, chama os operários, camponeses pobres e a juventude a não confiarem nas eleições e se posicionarem pelo voto

nulo programático. Coloca-se na defesa das reivindicações vitais dos oprimidos contra a classe burguesa e seus governos. Defende o método próprio dos explorados, que é a ação direta, para arrancar as reivindicações e eliminar o sistema de opressão de classe, que é o capitalismo. Denuncia o governo do PT/Lula que submete o Brasil ao saque das potências imperialistas, dos monopólios e dos banqueiros. Exige que o governo cumpra as promessas de 10 milhões de empregos, reforma agrária e fim da fome. E também denuncia as candidaturas de Mauro Nazif (PSB), Everton Leoni (PSDB), Oscar Andrade (PL), Roberto Sobrinho (PT) e dos demais por estarem a serviço da manutenção da propriedade privada, da sociedade de classe e da submissão aos planos do FMI.

O POR não participa dessas eleições com candidaturas, porque isso significa abandonar o seu programa e se curvar diante das imposições de Tribunal Eleitoral. O Estado burguês, por meio da Justiça Eleitoral, tem o poder de veto sobre os partidos. O POR não apóia nenhuma das candidaturas por serem burguesas. Mas o POR intervém nas eleições denunciando a farsa eleitoral e defendendo as reivindicações dos explorados. A intervenção do POR nas eleições tem como objetivo trabalhar a construção do partido revolucionário, que tem como programa a revolução proletária, como forma de pôr abaixo o sistema capitalista, raiz de todos os problemas e pela barbárie social.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Fortaleza (CE)

Nada de Inácio, Moroni, Cambraia/Cavalcante, ou Aloísio! Eles governarão para os empresários, Nada de Luizianne ou Heitor Eles não representam os trabalhadores. Nestas eleições: Vote Nulo

- Em defesa da independência de classe dos trabalhadores! - Abaixo a farsa eleitoral!
- Organizar as lutas nas ruas já! Para conseguir: emprego, moradia, saúde, educação e passe livre já para estudantes e desempregados!
- Defesa do programa revolucionário! Pela construção do Partido Operário Revolucionário/POR!

Governo LULA/PT conspira contra os trabalhadores

A presente situação política é marcada pelo aumento do desemprego, da fome e da miséria

O Governo Lula/PT, eleito com mais de 53 milhões de votos, prometeu: Reforma Agrária para os camponeses, 10 milhões de empregos para os milhões de desempregados do país e 3 refeições ao dia para a população cada dia mais miserável. Ao invés disso, aumentou o desemprego, os camponeses não têm terra e o governo se compromete em defender o latifúndio, e o programa Fome Zero se mostrou um fracasso.

O Governo PT/Lula manteve o pagamento em dia da dívida externa e interna e aplica fielmente a receita do FMI (Fundo Monetário Internacional) de cortes de gastos públicos com saúde, educação, transportes, previdência etc, para alcançar o superávit primário (receita menos despesas) de 4,25% do PIB, para honrar os compromissos com os credores nacionais e internacionais. No ano passado, foram pagos R\$ 145 bilhões só com juros.

Mandou tropas para o Haiti, a fim de assegurar o controle da ONU sobre o empobrecido país. Assim atua como auxiliar menor do domínio imperialista na região.

Aprovou a reforma da previdência que aumenta a idade mínima para aposentadoria, taxando os aposentados e pensionistas, e favorece os planos de previdência privada. Agora, o governo volta-se para o movimento sindical e a universidade. Quer dismantlar e fragmentar o poder dos sindicatos através da reforma sindical e favorecer as universidades privadas com a reforma universitária.

A verdadeira reforma que os trabalhadores querem: mais verbas para a universidade, conquistada tão sonhada autonomia universitária, fim do vestibular

l e acesso de todos ao ensino superior, nem de longe se encontra nos planos do governo.

O movimento sindical está estatizado. A CUT, UNE e UBES que quase nunca lutavam pelos trabalhadores agora são oficialmente órgãos do governo burguês do PT dentro dos movimentos sociais para barrar as lutas e garantir a paralisia dos trabalhadores. O governo ataca com reformas neoliberais e a CUT e UNE pedem paciência e colaboração com o governo. Não há outro termo para qualificar as direções da CUT e UNE:

TRAIÇÃO. E preciso varrer a burocracia dos sindicatos e construir uma direção revolucionária para os movimentos sociais.

Construir o Partido Operário Revolucionário, que supere a crise de direção das massas.

- Nenhum apoio ao governo Lula/PT
- Que o Governo Lula cumpra as promessas de campanha: 10 milhões de empregos, 3 refeições diárias e reforma agrária!

- Abaixo as reformas: Sindical, Trabalhista e Universitária!

Fortaleza: Caos, Corrupção e Repressão na Administração Juraci

Na era Juraci (PMDB), que governou por 14 anos a cidade, a marca registrada da sua administração foi sem dúvida à corrupção e o caos. O escândalo do desvio de R\$ 2 milhões da merenda para o bolso de empresas particulares e do Deputado Sérgio Benevides (PMDB), em 2002/2003, deixou claro até que ponto os ratos incrustados no Paço Municipal eram capazes de ir no roubo descarado do dinheiro público. Juraci reproduziu em escala local todas as diretrizes impostas pelo FMI e BID e pelo governo burguês de Lula/PT: corte de recursos, lei de

responsabilidade fiscal, aumento de impostos etc. Assim foi com a famosa taxa do lixo, que a Prefeitura instituiu para encher os bolsos da ECOFOR/MARQUISE as custas da miséria da população. Algumas taxas chegavam até a R\$ 60,00 por mês! A pretensão da Prefeitura foi por água abaixo, derrotada pelo boicote expressivo da população que se recusou a pagar a taxa mesmo sem apoio das associações de bairro, CUT, Federações de bairros etc.

Na educação, a prefeitura avançou o processo de municipalização que com os poucos recursos (uma parte era literalmente desviada) acabou nos vergonhosos anexos (locais de ensino improvisados para atender os alunos).

A cidade, sob o capitalismo em crise, sempre esteve entregue aos ratos e as baratas. Com a população amargando a pobreza crescente, a miséria, a falta de moradias, o desemprego e até a perda dos seus poucos bens quando da época de chuvas. As mais de 700 favelas de Fortaleza que não páram de crescer são expressão disso. Mas, na Era Juraci, essa lógica foi levada ao extremo. A prefeitura reprimiu com mão de ferro as ocupações dos sem-teto, bem como as manifestações de professores grevistas e dos estudantes contra a limitação da

meia e a portaria 13-C.

- Abaixo o Sindiônibus, Ettusa e Juraci!- Contra a municipalização do ensino!!

- Estatização do transporte sob controle dos trabalhadores! Abaixo a portaria 13-C!

- Por um governo operário e camponês, fruto da revolução!

Aberta a temporada de caça aos votos

Nessas eleições, os candidatos, os partidos burgueses e o Estado têm despejado milhões em campanhas para mostrar a

população que as eleições podem mudar sua vida, faz propaganda de que os rumos do país e das cidades podem mudar com um simples apertar de botão! Nada mais falso. As eleições e a chamada democracia são o mecanismo de domínio da burguesia (empresário) sobre as classes trabalhadoras e oprimidas. Nas eleições não há democracia, vence quem tem dinheiro, quem controla a máquina pública, quem tem melhor campanha de marketing etc. A burguesia teme que as massas se desiludam com o processo eleitoral e compreendam que só por meio das mobilizações de rua pode resolver seus problemas.

Nessas eleições qualquer candidate saído das urnas governará para os exploradores contra os explorados! Não há saída através do voto. Só a ação direta dos trabalhadores rumo à revolução social (Ditadura do Proletariado) pode oferecer um a saída para o sofrimento dos trabalhadores.

Os partidos tradicionais da burguesia (PFL, PMDB, PSDB, PDT, PSB etc) e os novos serviços da Burguesia (PT; PC do B) fazem de tudo para ganhar o voto dos trabalhadores e estudantes, fazem promessas mentirosas e enganadoras. Nós do POR chamamos os trabalhadores a dar as costas a esses vendidos e corruptos, a VOTAR NULO nestas eleições e a construir nas ruas um poderoso movi-

mento para lutar pelas reivindicações das massas.

Os candidatos têm um currículo de serviços prestados a burguesia

Os deputados Inácio Arruda (PCdoB), Moroni (PFL) e Cambraia/Cavalcante (PSDB) têm as mãos sujas e uma lista de serviços prestados a burguesia. São candidatos dos empresários (capitalistas) e contra os trabalhadores. Todos apoiaram a reforma da previdência.

Inácio votou na reforma da previdência, no salário mínimo de R\$260,00 e na reforma tributária (legalização da taxa do lixo). Ciro (PPS) preferiu a ruptura com o Cambéba (PSDB) para apoiar Inácio em troca da ajuda do PT/PCdoB para as eleições estaduais de 2006.

Moroni, ex-secretário de segurança de Tasso, votou em praticamente tudo que o governo FHC quis, apoiado por seu partido, PFL. Agora diz que fará diferente de seus adversários. Propõe militarizar a cidade criando uma força policial de 5000 homens da guarda municipal sob o pretexto de combater a violência.

Cabraia que foi ex-prefeito e cria de Juraci, é agora candidato do Cambéba. Deixou o PMDB para participar do esquema de poder do partido de Tasso e FHC. Seu vice é o Delegado Cavalcante,

que como muitos outros, promete que vai resolver o problema da violência em Fortaleza. Só esquecem de dizer que eles próprios são os maiores promotores da violência contra as massas quando aprovaram os salários de fome, arrocho salarial, reformas antipopulares etc. O "candidato" de Juraci, Aloísio Carvalho, tem um desempenho tão insignificante nas pesquisas, reflexo do governo Juraci, que o PMDB liberou seus parlamentares para apoiar Cambraia.

Luizianne Lins (PT) e Heitor Férrer (PDT) representam uma alternativa de esquerda para a burguesia. Não se contrapõem ao governo Lula e sua política. A corrente de Luizianne (DS) tem cargo no governo Lula (ministro Miguel Rosseto reforma agrária) que administra a favor do latifúndio e contra os camponeses pobres! Não há candidaturas que representem a independência de classe dos trabalhadores!

As massas têm ilusões ainda não superadas de que as eleições podem mudar alguma coisa. Nesse sentido, nós, do POR, pela impossibilidade legal de intervir nestas eleições com candidatos próprios e na ausência de uma candidatura que impulse os trabalhadores na luta revolucionária contra o sistema capitalista, exploração e opressão social, somos pois obrigados a defender o VOTO NULO programático, isto é o voto nulo no programa do POR.

Fortaleza- CE: POR realiza debate sobre eleições municipais

Com o tema "As eleições municipais e a perspectiva para trabalhadores e estudantes" o POR realizou no dia 18/09 um debate sobre as eleições em Fortaleza.

1) No debate, mostrou-se que a democracia burguesa com todas as suas instituições é sempre uma ditadura de classe; dos capitalistas sobre as demais classes, as classes trabalhadoras (proletariado, pequena burguesia arruinada e camponeses). Os explorados são levados a crer que através das eleições burguesas (o sufrágio universal) estão definindo os rumos do país e de suas vidas e que, por isso, devem exercer sua 'cidadania' comparecendo diante das urnas e votando nos candidatos certos. Ao contrário, as eleições são um campo de disputa próprio da burguesia. Nele, vence quem tem dinheiro, quem usa da máquina pública, quem compra voto, em suma, vence o grande capital, que arrasta os explorados

a votarem em seus próprios algozes.

2) O papel dos revolucionários ante o atraso político dos explorados que possuem ilusões no processo eleitoral é denunciar a farsa eleitoral e impulsionar a luta de classes defendendo no seio dos movimentos os métodos da classe operária: greves, manifestações, bloqueios de rua etc. Tais métodos são os únicos que fortalecem a consciência de classe no rumo da revolução proletária e esta, a revolução social, é a única via para liquidar o capitalismo e solucionar os problemas sociais e nacionais. Os revolucionários devem intervir nas eleições para aproveitar as brechas da democracia burguesa e defender o programa revolucionário a partir da tribuna parlamentar.

3) Nas eleições municipais de Fortaleza, estão todos os candidatos burgueses e reformistas comprometidos com a defesa do capitalismo e de uma gestão burguesa para a cidade. Prometem acabar com a vi-

olência ao mesmo tempo que votam projetos que destroem as condições de vida dos trabalhadores, lançando milhões na miséria e barbárie social! Prometem solucionar as dificuldades na saúde e educação mas, além de defender a educação e saúde privadas, chegaram ao descalabro de votar até mesmo pelo arquivamento da impotente CPI da merenda e a criar projeto de privatizar o IJF (principal hospital da cidade).

Com a impossibilidade legal de candidaturas próprias que possam defender o programa da revolução e ditadura proletária e os métodos de luta radicalizados e a inexistência de qualquer candidatura de independência de classe que expresse o apoio de uma parcela expressiva dos trabalhadores, estão os revolucionários obrigados a defenderem aberta e diretamente o voto nulo em seu programa revolucionário.

Fundeb: instrumento contra o ensino público e mecanismo de exclusão dos aposentados

O governo PT/Lula anunciou a implantação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o ano de 2005. Apresenta o Fundeb como medida de solução para o financiamento do ensino básico, que inclui o infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Trata-se de mais um passo das reformas neoliberais. É um conjunto de medidas com as seguintes características: 1) Viola a Constituição no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores da educação e das verbas dedicadas ao ensino; 2) mantém a baixa aplicação de verbas à educação pública; 3) Reforça o ensino privatista

Eis os principais pontos:

1. Criação de um fundo único para a manutenção do ensino básico;
2. Inclusão da pré-escola ao ensino fundamental, que passaria a ter nove anos;
3. Determinação de 20% dos principais impostos - IPM, ICMS, IPI-Exportação e IPVA - para compor o fundo;
4. Distribuição de recursos de acordo com o número de matrículas;
5. Do montante arrecadado, 80% destinarão aos salários e cursos de formação. O restante para a manutenção da educação básica.
6. Autoriza a aplicação de parte dessas verbas nas Universidades;
7. Progressivamente, os aposentados serão retirados da folha da educação e transferidos ao regime de custeio da Previdência;
8. Propõe reformulação ao salário-educação para adequar o ensino básico;
9. Reivindica de forma progressiva recursos da educação desvinculados (DRU)

Porque devemos rejeitar essas medidas que compõem o Fundeb

1. O Fundeb tem o mesmo objetivo do Fundef, que é o de criar um custo-aluno nacional. O Fundef serviu para a municipalização do ensino fundamental e tinha caráter temporário até 2006. As prefeituras assumiram milhões de matrículas e, com o término do prazo de vigência do Fundef, não tinham como manter a municipalização. Os atrasos salariais, o rebaixamento do

plano, a destruição de conquistas trabalhistas e as dificuldades de pagamento do 13º salário têm se tornado fatos corriqueiros e motivos de greves dos trabalhadores da educação. O Fundeb é a nova roupagem para o Fundef e atendeu aos interesses dos governadores, que pela lei deveriam sustentar financeiramente o ensino médio. Estes reclamam da falta de dinheiro para a manutenção desse nível educacional e o Fundeb estaria assegurando o custo-aluno de toda a educação básica e não somente do fundamental. Na verdade, querem distribuir os poucos recursos de forma igualitária entre as três esferas.

2. O Fundeb não traz aumentos significativos de recursos destinados à educação. Ao contrário, segundo dados do governo, o Fundef usa 28 bilhões de reais e o Fundeb usará 41 bilhões de reais. Portanto, 12 bilhões a mais. Isso para abarcar a pré-escola, o ensino médio, a educação de jovens e adultos e ainda destinar uma quantia para o ensino superior. O que mostra que o Fundeb será a distribuição da miséria para todos os níveis de ensino.

3. O Fundef destina 60% à folha de salário. O resultado foi trágico para os educadores, que há anos não têm reposição salarial e foram submetidos a farsa do bônus. O Fundeb propõe 80% para pagamento de salário. Porém, envolve os trabalhadores da pré-escola, ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Mais ainda: com o agravante de sobrar para repassar às universidades. Isso é o testemunho da manutenção do arrocho salarial, da precarização das contratações e da eliminação de conquistas do Plano de Cargos e Salários.

4. O Fundeb, ao retirar os aposentados da folha da educação, permitirá aos governadores e prefeitos o direito de não reajustar os salários na mesma proporção, de não conceder benefícios aos considerados inativos e impedir que milhões de aposentados recorram à Justiça exigindo o "direito adquirido" de equiparação com os da ativa. Essa era uma reivindicação dos governadores e prefeitos. A reforma da Previdência deu as condições para que fossem excluídos os aposentados.

5. A DRU foi uma medida da Reforma Fiscal de FHC que reduz o orçamento da

educação em 20%, que resulta em perda de 4,5 bilhões anuais para o ensino público. O governo do PT manteve a DRU. Com o Fundeb, o Ministro Tarso Genro pretende progressivamente revincular os recursos desvinculados, o que depende do Ministério da Fazenda e dos credores internacionais.

Há dois pontos que constam da reformulação da educação que certamente comporão o conjunto de medidas do Fundeb.

1) A separação do ensino médio em parte obrigatória e parte optativa é a forma para desreponsabilizar o Estado para com o sustento dos três anos de duração;

2) A reformulação da grade curricular juntamente com a separação do ensino médio aparecem fora do Fundeb, mas, na verdade, comporão as novas medidas para o próximo ano.

O Fundeb sustenta a legislação privatista da educação

O Fundeb nada mais é do que a extensão do Fundef, por isso se apóia inteiramente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta, por sua vez, legislou em favor da orientação do Banco Mundial de reformulação do ensino no Brasil.

Os pilares da reforma da educação se assentam na desobrigação do Estado para com a manutenção e universalização do ensino em todos os níveis. A municipalização foi o primeiro passo no sentido de transferir a maioria dos alunos para o âmbito dos municípios, que foi incentivado por meio do Fundef. O objetivo é que parte desse nível seja custeado pelas famílias e empresas locais. O que se verificou é que o dinheiro do Fundef quase não chega às unidades escolares em função da enorme corrupção, envolvendo prefeitos, vereadores, empresas etc. O Fundeb não elimina as manobras dos politiquês e capitalistas em torno dos recursos do Fundef. Nesses seis anos de vigência do Fundef, os salários foram arrochados, os pisos rebaixados, direitos contidos nos Planos de Carreira foram extirpados, a qualidade do ensino piorou, escolas foram fechadas e turnos desativados. As conseqüências para os estudantes e educadores foram desastrosas. O

Fundeb não modifica esse curso.

A criação do Fundeb reforça o mecanismo das avaliações externas, que nada têm a ver com o que se ensina nas unidades escolares. Reafirma um dos objetivos da política neoliberal, que é o “controle da efetividade do gasto por meio de certificação universal de frequência e qualidade”. Esse palavreado serve para esconder as falcatruas dos tais fundos e manter a centralização do ensino nas mãos do Estado.

É preciso lembrar que o Fundeb não altera os artigos da LDB que favorecem o ensino privado por meio dos subsídios. Os governos continuarão desviando os pou-

cos recursos da educação para sustentar o ensino mercantilizado. Com isso, o governo deixa de arrecadar 2,4 bilhões de reais ao ano somente com a cota patronal do INSS e 1,87 bilhão para a Receita Federal. O certificado de filantropia será renovado pelo governo do PT/Lula. As entidades filantrópicas usam o dinheiro público, fazem falcatruas para burlar a legislação e ganham rios de dinheiro.

Está aí por que não podemos nos iludir com mais um mecanismo como esse do Fundeb. Todos, Fundef e Fundeb, não possibilitam mais verbas à educação, não elevam o piso dos educadores, não extinguem

a educação privada e não possibilitam o livre acesso a todos os níveis educacionais aos filhos dos trabalhadores.

A realidade é que os investimentos na educação diminuíram 57,8%, de 1995 a 2003. Isso para atender as metas determinadas pelo FMI/Banco Mundial de pagamento da dívida externa. O Fundef e agora o Fundeb não modificam essa orientação de corte de recursos e não elevam significativamente as verbas para o ensino público. Sequer repõe os valores das verbas de 1995. Ao contrário, mantém a diretriz neoliberal, que é de redução de verbas públicas e fortalecimento do ensino privado.

Escola de Classe (parte 3)

A sequência de formulações críticas à escola de classe é o resultado de discussões no círculo de estudo marxista da juventude no bairro operário Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo.

A maioria dos jovens encontra-se nos bairros operários. Os jovens da periferia têm menos possibilidades de encontrar trabalho. Enfrentam além problemas sociais a discriminação geográfica. A possibilidade de um jovem de periferia ser assassinado é grande. Constata-se que a porcentagem de um jovem da região de Boi Mirim, por exemplo, de morrer assassinado é de 19 vezes maior daqueles que vivem em Pinheiros.

Nas cinco subprefeituras mais pobres e com maiores índices de juventude – Parelheiros, Cidade Tiradentes, Guai-nazes, Perus, Itaim Paulista – a média de estudos é inferior ao ensino fundamental e os empregos formais não chegam a 1%.

Esses problemas que atingem os bairros pobres de São Paulo também se manifestam em outras capitais do país. A juventude da periferia é alijada dos estudos e do trabalho. Ter no currículo o endereço de bairros miseráveis é carregar a responsabilidade pela violência, pobreza e pouca escolaridade, que atuam como elementos que inviabilizam o trabalho e, em particular, o emprego formal.

Mas é essa juventude que está obrigada a desde cedo a recorrer a fontes de sobrevivência. Dados mostram que o número de crianças e adolescentes (de 5 a 15 anos) que já trabalham em São Paulo tem crescido. No ano de 2002, foram cadastradas 241,5 mil crianças e jovens

nessa idade, submetidos ao trabalho nas condições mais precárias. As jornadas de trabalho são maiores do que a estabelecida por lei, os salários são inferiores ao mínimo e os contratos são verbais. As famílias empobrecidas e marcadas pelo desemprego dos adultos dependem de que esses jovens comecem a trabalhar o mais rápido possível.

Soma-se a isso o fato da enorme evasão escolar. Crianças e jovens abandonam as escolas ora porque o trabalho é incompatível com o horário da escola, ora porque a jornada é estafante e não permite a permanência na escola, ora porque o que se aprende na escola não serve para o trabalho. A fome e as condições de existência determinam a permanência nos bancos escolares. Em nível de Brasil, são 1.135.009 estudantes que abandonam o ensino médio, de um total de pouco mais de 9 milhões. No fundamental, a evasão é de 2.774.935 crianças. Esses dados demonstram uma das graves conseqüências da pobreza, do desemprego e da própria necessidade das famílias operárias colocarem prematuramente seus filhos na violenta exploração do trabalho.

O sistema capitalista de exploração do trabalho vai formando gigantescos aglomerados ao redor do centro e dos bairros ricos, onde se concentram toda a riqueza nas mãos de uma minoria. Nos bairros pobres concentram milhões de jovens que não vêem nenhuma perspec-

tiva de vida. As famílias se desagregam em meio à miséria e as crianças e jovens recorrem a toda e qualquer forma de sobrevivência. A escola dos bairros pobres reflete essa decomposição social. Não por acaso, são as mais pichadas, mais quebradas, faltam as condições elementares de ensino (carteira para todos, salas superlotadas, escola de lata, por exemplo) e as tidas como as mais violentas (brigas, mortes etc).

Os governos apresentam medidas paliativas, tratando esses problemas como se fossem uma questão de pedagogia, de método, de assistencialismo e de campanhas hipócritas para levantar a “auto-estima” dos jovens. Para isso, não faltam projetos nas unidades escolares, que vão desde a polícia no interior das unidades até as escolas “abertas” nos finais de semana.

Esse fenômeno social tende a se agravar com as crises econômicas e com a decomposição generalizada do sistema capitalista de produção. Ganha importância, para a defesa físico e mental da juventude, a reivindicação de emprego a todos, uma jornada que compatibilize com o estudo e o lazer e um salário que permita satisfazer as necessidades da família operária. A classe operária e a juventude devem se contrapor à superexploração e a expulsão dos jovens da escola com a bandeira de 4 horas na produção social, o restante na escola e o salário mínimo real.

8º Congresso de Estudantes da USP

Realizado de 16 a 19 de setembro, contou com a participação de cerca de 150 delegados eleitos nos vários cursos. Trata-se de uma baixa representação que tem como causa o fato de se ter marcado o Congresso para a primeira semana de aulas dos cursos em que houve greve, submetendo seu calendário à agenda eleitoral das correntes e partidos interessados na disputa às prefeituras e Câmaras Municipais. Se levarmos em consideração que o quórum caiu de 100 estudantes por delegado para 50, constataos que este Congresso esteve com a mesma ordem de grandeza de representatividade que o anterior, e muito menor que o de 2000, que contou com mais de 300 delegados. De um Congresso pequeno e com maior peso das unidades em que não houve greve, a tendência só poderia ser a de aprovação das propostas da atual direção do DCE (Força Socialista/PT e MTL/P-Sol) e dos CAs. Ainda assim, a Corrente Proletária (POR) participou dos debates e defendeu suas teses desde os grupos de trabalho até a Plenária Final, polarizando o Congresso com as correntes reformistas e contra os setores mais conservadores.

Eis algumas das propostas de resolução que apresentamos:

1. As lutas do Movimento Estudantil se ligam inevitavelmente às lutas mais gerais que assumem conteúdo antiimperialista e anticapitalista. Para ser consequente, o movimento estudantil tem de se colocar pela unidade com os outros movimentos sociais, em particular o movimento operário, na luta pela destruição revolucionária do capitalismo e construção do socialismo.

2. O ME da USP reconhece que a satisfação plena das reivindicações estudantis depende da luta pelo fim do capitalismo e construção revolucionária do socialismo. Cada luta pelas reivindicações mais sentidas pelos estudantes os coloca em oposição ao modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado e ressalta a necessidade de unidade com os movimentos sociais dos explorados contra os exploradores.

3. O intervencionismo econômico e militar do imperialismo em todo o mundo tem grave conseqüências para o Brasil e para os estudantes. O movimento estudantil tem de se mobilizar para enfrentar o imperialismo e suas políticas em toda a parte, com a luta antiimperialista no Brasil e de defesa das nações oprimidas contra as nações opressoras. Isso se traduz concretamente nas lutas contra as políticas neoliberais ditadas pelo capital financeiro internacional e defesa da autodeterminação das nacionalidades: Fim da ocupação militar do Iraque. Fora o Imperialismo do Oriente Médio. Fora as tropas da ONU do Haiti. Nenhuma ingerência externa nos países da América Latina. (aprovada)

4. O governo Lula é antinacional e antipopular, de traição às massas. Os estudantes têm de combater suas reformas neoliberais no seu conjunto (sindical e trabalhista), dentre elas a Reforma Universitária, que têm como essência o sucateamento e privatização da universidade pública e o fortalecimento do ensino privado. (aprovada com modificação que tirou a caracterização do governo Lula, contra nosso voto)

5. O direito democrático do ensino público e gratuito, com o fim dos vestibulares e vagas para todos, só é possível através da constituição de um Sistema único público de ensino (fim do ensino pago e estatização sem indenização da rede privada sob controle dos que estudam e trabalham). O ME da USP se coloca ao lado dos estudantes do ensino particular em suas lutas imediatas contra os capitalistas do ensino e na perspectiva do ensino público e gratuito para todos, único, laico e vinculado à produção social.

6. A universidade que temos é a universidade de classe, em que o ensino é separado da produção social; a pesquisa é condicionada pelo poder econômico e os governos; e a chamada "extensão" é assistencialista. Sua transformação depende de arrancá-la do controle do poder econômico e seus governos, conquistando a real autonomia universitária e uma estrutura de poder na qual os

que estudam e trabalham é que decidem, e abrindo-a para que os que a sustentam com seu trabalho tenham acesso ao ensino superior e o transformem profundamente, estabelecendo uma unidade entre teoria e prática.

7. Pela destruição da atual estrutura de poder da USP. Por uma assembléia geral universitária, com proporcionalidade (maioria estudantil), que defina os rumos independentemente do Estado - que só deve financiar a Universidade. Para executar essas tarefas, um governo tripartite, eleito com voto universal - cada cabeça um voto - e com mandatos revogáveis.

8. A exclusão da maioria dos trabalhadores à universidade pública não será combatida com a implantação de cotas para negros ou para oriundos de escolas públicas, porque essas medidas se submetem à mesma exclusão da maioria, além de dividir os estudantes. O ME tem de se colocar pela reivindicação unitária de "Vagas para Todos", o que só acontecerá com o fim os vestibulares e estatização da rede privada de ensino sob o controle dos que nela estudam e trabalham.

9. O ME da USP defende o financiamento exclusivamente público da universidade, e nenhum subsídio ao ensino pago. As fundações são um mecanismo de privatização do ensino e pesquisa e, por isso, de quebra da autonomia universitária. O ME lutará pelo fim das fundações na USP e contra todas as medidas privatizantes e defenderá o atendimento das reivindicações com recursos públicos.

10. Entende-se assistência estudantil como parte do direito democrático ao ensino superior gratuito, portanto, de todos os que dela necessitem usufruir. Deve assim ser sustentada com recursos exclusivamente públicos e dirigida pelos que estudam e trabalham na Universidade.

O Congresso ainda não acabou, e continuará nos dias 25 e 26 de setembro, quando serão votadas resoluções de Movimento Estudantil

Carta aberta à população em defesa da Greve dos Judiciários

À População

O Partido Operário Revolucionário lança essa carta à população manifestando o apoio a heróica luta dos trabalhadores do judiciário. Chama todos aqueles que sofrem a exploração do trabalho a se colocarem do lado dos grevistas e a combaterem a campanha repressiva do governo e do Tribunal de Justiça.

Por que apoiar a greve?

As pessoas se perguntam como é possível uma greve já durar 80 dias sem que o governo atenda a reivindicação. Se os trabalhadores do judiciário se mostram unidos nessa luta é porque existe razão suficiente. Mas mesmo assim há aqueles que perguntam porque devem apoiar a greve se não fazem parte desse setor e nem são atingidos diretamente. O vergonhoso foi a Ordem dos Advogados (OAB), que se diz tão democrática, exigir medidas repressivas contra os grevistas.

O problema está em que lado devemos ficar diante de uma greve de trabalhadores. Certamente, não podemos estar do lado dos patrões que exploram os assalariados, ganham rios de dinheiro e vivem como parasitas. Não podemos ficar do lado do governo que impõe um violento arrocho salarial, elimina direitos trabalhistas, sucateia os serviços públicos e que executa as leis em favor dos capitalistas. Portanto, só há um caminho: colocar-se em favor da luta dos trabalhadores para derrotar a política dos governos e dos patrões.

No caso da greve dos trabalhadores do judiciário a questão é a mesma. Ou apoiamos os grevistas, ou reforçamos a punição vinda do governo ou dos chefes dos Tribunais. O fato é que a maioria da

população é explorada, por isso só conta com a força de trabalho para sobreviver. Quando o governo ou os patrões não reajustam os salários, cortam direitos e desempregam, não resta outra alternativa senão reagir coletivamente. A greve é uma reação coletiva contra o aumento da exploração do trabalho. A greve do Judiciário é a manifestação coletiva em defesa da força de trabalho, portanto contra a casta minoritária que detém o poder no Judiciário e contra o governo que impõe a miséria salarial.

Se a greve já dura quase 80 dias não é culpa dos trabalhadores do Judiciário, mas sim do governo e do Tribunal que não atendem a reivindicação de 39,19%, que correspondem às perdas de todos esses anos que não tiveram um centavo de reajuste.

A paralisação de 80 dias mostrou à população a enorme carga de trabalho que esses grevistas são submetidos todos os dias. São pilhas e pilhas de processos, um número pequeno de funcionários e um salário de fome.

Apoiar a greve de nossos companheiros do judiciário é defender a força de trabalho contra a exploração patronal. E, por isso, essa greve tem tudo a ver com a maioria da população.

Chega de repressão sobre os grevistas

O que os grevistas exigem é somente a reposição das perdas salariais

O presidente do Tribunal e o governo Alckmin determinaram a punição aos grevistas. Já descontaram, nesse mês, os primeiros dias da greve e prometeram zerar os salários no próximo mês. A OAB exigia que as associações pagassem enorme multa por não decretarem o fi-

nal da greve. O Tribunal ameaçou contratar estagiários para substituir grevistas e ordenou o corte do ponto. Como se vê, estão fazendo de tudo para derrotar a greve.

A casta de juizes que compõe o Tribunal está contra a greve porque ganham salários altíssimos, tem muitos privilégios e conta com uma grande aposentadoria. É bom lembrar que essa casta de juizes não foi atingida pela Reforma da Previdência, ao contrário, mantiveram o teto da aposentadoria em torno de 19 mil reais, enquanto a maioria dos trabalhadores recebe um salário mínimo de 260 reais. Eis aí por que esses privilegiados agem contra os grevistas que tiveram seus salários arrojados e sofreram, como os demais trabalhadores, as medidas violentas contra a aposentadoria.

Os explorados devem se colocar contra a repressão aos grevistas e exigir que o governo e o Tribunal concedam imediatamente a reivindicação de reposição de perdas salariais.

Participemos da campanha pela sustentação dos grevistas

A vitória da greve depende da unidade dos trabalhadores do judiciário, do apoio dos sindicatos e da CUT ao movimento e da participação ativa da população de sustentação dos grevistas. É fundamental que haja uma campanha de solidariedade e que nenhum grevista possa passar necessidades pelo fato de ter os salários cortados. A vitória dos grevistas enfraquece a política patronal e governamental.

Viva a luta dos grevistas do judiciário!

Abaixo a repressão do governo e do Tribunal de Justiça!

Que seja atendida imediatamente a reivindicação dos grevistas!

Adquira os materiais do Partido Operário Revolucionário:

Stalin, o Organizador de Derrotas, de Leon Trotsky

Uma análise do estalinismo, a partir das teses ao V Congresso da Internacional Comunista, com valiosas lições para a luta revolucionária internacionalista

Três reformas neoliberais: Sindical, Trabalhista e Educacional

Uma radiografia das próximas reformas neoliberais do governo do PT/Lula - Sindical, Trabalhista e Educacional (inclusive a Universitária).

Crítica Programática ao Reformismo e a falência das esquerdas do PT

Reedição da primeira crítica programática do POR ao reformismo e às correntes, de 1990. Vale a pena ver a confirmação prática de suas principais teses.

Metalúrgicos ABC

Como foi a Campanha Salarial

Depois de algumas reuniões entre o sindicato e a Fiesp, as montadoras concordaram com um reajuste de 10% nos salários a partir de primeiro de setembro. A inflação acumulada de novembro a agosto 2004 ficará em aproximadamente 6%. Esta proposta foi apresentada e aprovada pelos trabalhadores sábado no sindicato. Por isso os trabalhadores perguntam: "O que aconteceu que os patrões deram 4% de aumento real sem luta?".

A resposta para os patrões concederem 4% de aumento real sem luta está nos altos lucros que eles tiveram no último ano. Basta ver o crescimento de 36% nas vendas que a indústria automobilística teve em relação ao ano passado, chegando a produzir mais de 2 milhões de unidades, superando a produção de 1997, quando foi produzido 2 milhões de veículos.

Além disso, houve um aumento nos preços dos carros de 22% e o número de trabalhadores é bem menor que em 1997, quando aqui na Volks éramos mais de 20 mil trabalhadores, hoje somos 12 mil operários e produzimos mais.

Estes dados são suficientes para mostrar que os patrões lucraram muito, e

que se houvesse a organização e mobilização de todos os metalúrgicos poderíamos arrancar um melhor reajuste. O problema é que a direção do nosso sindicato agora inventou que não é mais preciso levar uma proposta para a mesa de negociação, ou seja, colocar na pauta o número pelo qual faremos a luta na campanha salarial. Nós discordamos e achamos que é o número definido que permite a mobilização dos trabalhadores, até porque a grande pergunta dos companheiros no chão de fábrica durante a campanha era quanto o sindicato estava pedindo. Ou não era isso?

Unidade de todos os trabalhadores por emprego e salário.

Mais uma vez a direção do nosso sindicato dividiu os metalúrgicos na campanha salarial. Essa divisão aconteceu porque o próprio sindicato separa os metalúrgicos em grupos: montadoras, autopeças, grupos, 9, 10, fundição e outros, que é tudo que os patrões querem. Enquanto os patrões estão unidos, nós estamos divididos, e todos sabemos que a nossa força está na nossa unidade. A

direção do Sindicato ao fechar um acordo primeiro com as montadoras, enquanto que não existe proposta para os outros grupos coloca em prática essa divisão

Se o sindicato é um só, se todos somos metalúrgicos, e se todos temos direito ao mesmo aumento, porque então a divisão em grupos? Porque o sindicato fechou acordos primeiro com as montadoras? Será que é para isolar os outros grupos, que não tem tanta força de mobilização? Não é isso que os patrões querem?

A única forma de acabar com essa divisão e conseguirmos lutar contra os ataques dos patrões é construir uma pauta única de reivindicações e convocar todos os trabalhadores para uma assembleia geral e colocar que o problema de uma fábrica é o mesmo das outras, portanto só com a unidade de todos conseguiremos lutar para garantir emprego e salário.

Chega de acordos por fábricas, nada de campanha salarial por grupos. Quando os patrões vierem com ameaça de demissões, assembleia geral de todos os metalúrgicos.

Metalúrgicos do ABC

Eleição da Comissão de Fábrica da Volksvagem Importante Avanço da Oposição

A Chapa 1 da situação, comandada pela direção do sindicato, obteve 3.909 votos. A Chapa 2 de oposição conseguiu 3.428 votos. O fato da Chapa 2 ter alcançado 47,46% do total de votos válidos (7.337), quase metade, demonstrou o descontentamento de nossos companheiros com a política de acordos que trouxeram, redução salarial, demissões, terceirização e flexibilização de direitos trabalhistas.

Foi importante que a Chapa 2 tenha conseguido lançar candidatos opositores em todas as Alas.

A não ser na Ala 5 no restante a Chapa 2 ou disputou palmo a palmo ou foi vencedora. Mesmo assim, 400 companheiros da Ala 5 confiaram seu voto na

Oposição.

Essa votação demonstrou o absurdo do critério de formação da Comissão de Fábrica. Em razão da Chapa 1 vencer em maior número de Alas pôde ficar com 22 representantes. A Chapa 2, que foi vitoriosa nas Alas 2, 3, 4 e 13, e quase empatou em outras, só obteve 9 representantes. Se o critério fosse proporcional ao número de votos, a Oposição teria quase metade da Comissão. Notem como pelo número de votos, a Chapa 1 teve 52,54% e ficou a 22 representantes, enquanto que a Chapa 2, que obteve 47,46%, ficou com apenas 9. Se a proporção fosse respeitada a oposição teria 15 representantes e a situação 16.

É importante tirar as seguintes con-

clusões:

1) Lutar para que tenhamos uma comissão que represente a real vontade da maioria e que permita a participação verdadeira da minoria;

2) Fazer um bom trabalho opositor nas Alas em que predominam a política patronal da Chapa 1;

3) Fortalecer o trabalho de base opositor para que a nova Comissão de Fábrica não coloque em prática a política desastrosa dos acordos malditos realizados pela Coordenação de Fábrica anterior, dirigida pelo sindicato;

4) Resgatar a Comissão de Fábrica, como instrumento de luta dos trabalhadores.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Nos números 280 e 283, publicamos extratos do texto de Lênin, “O Estado e a Revolução”. A partir do número 284, publicamos extratos do livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”.

19. Tendência para as anexações

O imperialismo é uma tendência para as anexações; eis a que se reduz a parte política da definição de Kautsky. É justa, mas extremamente incompleta, pois no aspecto político o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação. Mas o que neste caso nos interessa é o aspecto econômico que o próprio Kautsky introduziu na sua definição. As inexatidões da definição de Kautsky saltam à vista. O que é característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro.

O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, tem-na Bagdad como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.).

20. Parasitismo

O rendimento dos rentiers é cinco ve-

zes maior que o rendimento do comércio externo do país mais “comercial” do mundo! Eis a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista!

21. Origem dos monopólios

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento.

Segundo: os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial.

22. Imperialismo, decomposição capitalista

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como urna das tendências do imperialismo, a formação de “Estados” rentiers, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da expor-

tação de capitais e do “coste de cupões”. Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências.

23. Desigualdade no crescimento

No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).

24. Tendência ao oportunismo no movimento

A obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países, etc., oferece-lhes a possibilidade econômica de subornarem certos setores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o “lado” da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros. O acentuado antagonismo das nações imperialistas pela partilha do mundo aprofunda essa tendência. Assim se cria a ligação entre o imperialismo e o oportunismo, ligação que se manifestou, antes que em qualquer outro lado e de uma forma mais clara, na Inglaterra, devido ao fato de vários dos

Nesta edição:

- A restauração capitalista é responsável pela opressão nacional e pelos atos terroristas
- Opressão nacional e terrorismo
- É preciso expor a raiz da tragédia
- Bolívia: Conspiração dos lacaios
- Oruro: Greve na UTO

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A restauração capitalista é responsável pela opressão nacional e pelos atos terroristas

1) A ocupação de uma escola por um grupo de guerrilheiros, que reivindicava a libertação de presos políticos e a retirada de tropas russas do território da Chechênia, provocou a morte de cerca de 400 pessoas, entre elas a maioria crianças. Isso levou protestos em várias partes do mundo contra o terrorismo e em defesa da paz. Em Moscou, quase 150 mil manifestantes ganharam as ruas levantando bandeiras contra o terror. Na capital de Ossétia do Norte, exigiam a renúncia do governo local e dos chefes dos serviços de segurança.

2) A tragédia de Beslan foi mais um dos atos terroristas contra a opressão nacional exercida pelo governo russo. A Chechênia é uma das repúblicas russas de população muçumana que deste o século XVIII enfrenta o domínio russo e clama pela independência. A Revolução Russa de Outubro de 1917 apresentou a via de eliminação desse conflito, que viria por meio da integração espontânea à União das Repúblicas Socialistas. Porém, depois da morte de Lenin e com a subida de Stalin ao poder, o conflito com as regiões que reivindicavam independência se agravou. Stalin chegou ao ponto de em 1944 deportar milhares de chechênios para a Ásia Central, como forma de manter a Chechênia sob seu controle. Com a aceleração do processo de restauração capitalista, final dos anos 80, a Chechênia proclamou sua independência em 1991. Em 1994, o exército russo ocupou a região e uma guerra sangrenta de dois anos que levou à morte de quase 100 mil pessoas. O acordo de retirada das tropas russas durou pouco. Em fevereiro de 2000, o exército russo ocupou novamente a capital Chechênia, Grozny, e

o governo colocou a região outra vez sob seu domínio. O massacre de Grozny foi violento. No ano de 2001, os separatistas retomam as ações contra a opressão do Estado Russo. O governo russo, março de 2003, arma uma farsa para manter o domínio sobre a região. O referendo na Chechênia tinha o objetivo de legalizar o controle russo e dar posse a um presidente fantoche, Kadyrov. Em seguida foi morto pelos rebeldes. Recentemente, foi empossado Alkhanov a mando de Moscou.

3) Os separatistas Chechênios não têm força militar para enfrentar o poderio russo. E buscam saídas por meio dos atos terroristas. Um dos atos foi a ocupação do Teatro de Moscou (outubro de 2002), que foi revidada pelo exército russo, provocando a morte de 129 pessoas. O governo russo mantém na Chechênia um exército de 80 mil soldados e centenas de agentes que procuram liquidar a resistência separatista. Com o poderio militar, o governo Putin exerce uma brutal opressão nacional.

4) A Chechênia, localizada entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, é uma região rica em petróleo. Ter o controle da região é ter o domínio sobre essa fonte de matéria prima. Por isso, o conflito não se encerrará. De um lado, vão estar os defensores nacionalistas da independência e, de outro, o governo russo que mantém a região sob o seu domínio.

5) O fato é que a restauração capitalista e o esfacelamento da ex-URSS trouxe o aumento da opressão nacional sobre as repúblicas que reivindicam a separação. Os grupos separatistas não vêem outra saída senão os atos terroristas, que tendem a

crescer conforme amplia a opressão sobre o povo Chechênio.

6) Os países imperialistas, como Estados Unidos e outros da Europa, apresentam, diante do massacre de Beslan, como defensores da “negociação”, da “democracia” etc. Mas na verdade são os opressores do Iraque, Afeganistão, Palestina e outros tantos países.

7) Não por acaso vem crescendo o fenômeno do terrorismo nacionalista. O choque mais recente é o da ocupação do Iraque pelos Estados Unidos. As milícias muçumanas nacionalistas, frente ao poderio militar dos invasores imperialistas, recorrem as ações terroristas. Mas há o conflito mais antigo que é o da opressão sofrida pelos palestinos, que volta e meia os grupos, como o Hamas, praticam atentados em objetivos que envolvem vidas humanas. Em todos esses casos, estamos diante da opressão imperialista.

8) A defesa da autodeterminação da Chechênia, que significa a liberdade de decidir sobre os rumos dessa república, é uma bandeira democrática. Porém, sabemos que só poderá ser alcançada com o fim do processo de restauração capitalista e a reimplantação das bases do Estado Soviético, que é socialista. O terrorismo nacionalista não será capaz de conquistar a real independência. Mesmo que venha a obter um acordo com a Rússia, terá de se submeter a uma das potências, principalmente os Estados Unidos. A autodeterminação será cumprida sob o Estado proletário. O proletariado russo e as massas oprimidas da Chechênia terão de se unir contra a restauração capitalista e o governo opressor de Putin.

Opressão nacional e terrorismo

Novo abalo. Centenas de crianças reféns russas, reféns de tchetchenos. A escola de Beslan se transformou em palco de guerra. Um alvo escolhido para atrair a atenção do mundo. Nada mais dramático do que escolares entre a vida e a morte. Mais um episódio da guerra entre a Rússia e Tchetchênia.

Com a desintegração da União Soviética, os tchetchenos colocaram sua independência. O mesmo ocorreu com outros povos antes unidos pela revolução proletária. A restauração capitalista em curso se encarregou de recolocar a opressão nacional, tarefa que a revolução de Outubro se colocou, mas que não foi resolvida.

O Estado soviético estalinizado e o bloqueio ao desenvolvimento do socialismo se encarregaram de sustentar a opressão nacional e étnica. A Federação Russa, constituída pós-desintegração da URSS, não admitiu a emancipação do povo tchetcheno. Razão principal: petróleo. Impô-se a guerra de independência.

A Rússia é uma potência militar frente a Tchetchênia, que recebe apoio mais ou menos velado do imperialismo. A opressão étnico-nacional é mantida pelo poderio militar russo.

Os escolares são reféns sob a reivindicação de libertação dos guerrilheiros tchetchenos e da independência da Tchetchênia. Um rio de sangue já corre entre russos e tchetchenos.

Os trabalhadores de todas as partes devem defender o direito à autodeterminação da Tchetchênia. Mas não há outra via



para se pôr fim à opressão nacional senão o socialismo.

O que se passa na república russa de Ossétia não é exceção. A ocupação do Iraque e a resistência miliciana, que pratica o terrorismo contra os invasores norte-americanos, constitui outro caso de esmagamento da autodeterminação. A opressão de Israel sobre os palestinos forma parte desse quadro.

Notamos que as ações terroristas aumentam com o recrudescimento da opressão dos países poderosos sobre os mais fracos. O nacionalismo radical religioso ganha proporção militar. E assume formas terroristas não estatais. Corresponde a uma reação frente ao militarismo das potências e ao seu terror estatal.

Esse fenômeno social vem ganhando maior dimensão e chamando a atenção mundial. A burguesia em geral e o imperialismo em particular procuram explorar a dramaticidade das ações terroristas para obscurecer as causas históricas. Ao contrário, os trabalhadores e os povos oprimidos têm o dever de enfrentar o capitalismo em decomposição, empunhando a bandeira de autodeterminação, fim de toda forma de exploração e opressão.

O terrorismo nacionalista expõe a opressão exercida pelas potências, mas não é a via da solução histórica. Só a classe operária organizada e demais trabalhadores poderão liderar um movimento de emancipação socialista.

É preciso expor a raiz da tragédia

Já tínhamos escrito o texto anterior, quando as forças de segurança invadiam a escola cheia de reféns e o saldo do choque armado foi de 400 mortos. Como sempre, os meios de comunicações procuraram explorar o sentimento da população. O governo Putin convocou todos o mundo a condenar os tchetchenos e a ampliar a cruzada contra o terrorismo. Manifestações foram feitas contra o terror e pela paz. Mas também foram feitas críticas pelo fato do governo russo não ter negociado. No melhor dos casos, instituições como a Anistia Internacional explicaram a violência dos tchetchenos como resposta à violência do Estado russo. Foram citados milhares de mortos pelo intervencionismo militar da Rússia na Tchetchênia, bem como casos de tortura, estupros e assassinatos de civis. Nos artigos históricos, indicou-se a brutalidade do regime de Stalin, que em 1944 deportou milhares de tchetchenos para a Ásia Central. Foi demonstrado que o povo tchetcheno luta desde o século XVIII pela conquista de sua independência. O que significa um longo trajeto de resistência ao domínio colonialista e pelo direito à auto-determinação. Trata-se, portanto, de um povo marcado pela opressão e pela guerra

de libertação.

Mas é preciso entender, agora, a particularidade do conflito, que tem levado a uma seqüência de atos terroristas para enfrentar uma guerra contra o poder militar russo infinitamente superior.

Com sentimentalismo e explicações limitadas, esconde-se a raiz do novo confronto trágico. A guerra da Rússia contra o povo tchetcheno e a prática do terror se dá no quadro da restauração capitalista. Com o regime estalinista, abriu-se caminho de destruição das conquistas da revolução socialista, entre elas o direito de separação, auto-determinação e fim de toda opressão.

Na década de 90, a restauração ganhou forma aberta e com ela a retomada dos conflitos de nacionalidades. O domínio e saque de uma nação sobre outra é inerente ao capitalismo, em particular, na fase imperialista. O nacionalismo tchetcheno e o domínio russo têm suas raízes no capitalismo. O proletariado russo e o povo tchetcheno terão de se unir para derrotar o regime pró-capitalista, defendendo a unidade socialista.



Bolívia

O Jornal Massas, órgão central do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, na sua edição de início de setembro, caracteriza a situação política e aponta a solução dos problemas que atingem a maioria oprimida. Diz assim:

Conspiração dos lacaios

A burguesia nacional nasceu e morrerá na sua condição de lacai do imperialismo. A tardia incorporação do país ao capitalismo determinou esta sua condição. A classe dominante nacional de formou profundamente enraizada aos modos de produção arcaicos herdados da colônia e assentados na exploração gratuita do trabalho dos indígenas. Quando o capitalismo tocou às portas do país, sob a forma de capital financeiro, e incorporou-nos à economia mundial capitalista nos impôs a condição de provedores de matérias-primas. As camadas mais altas da classe dominante nacional apenas puderam transformar-se em uma burguesia-comercial intermediária, subordinada aos interesses do imperialismo.

Na etapa de total decadência do capitalismo mundial, os traços de submissão da burguesia nacional se acentuaram. Perceberam que sua existência seria impossível sem o amparo do poder imperialista.

As jornadas de outubro de 2003, explosão social violenta, puseram em evidência o sentimento generalizado dos explorados bolivianos, no sentido de

que não é possível continuar tolerando o saque imperialista. Os explorados sabem, pela experiência histórica, que a Bolívia não poderá sair de seu atraso se não se sacudir do jugo imperialista. Reivindicam a recuperação da propriedade do gás e dos derivados para que sirvam à solução dos problemas dos explorados. Com a liberdade que lhes dá sua condição de explorados, não temem as consequências de atingir os "direitos" outorgados das empresas petrolíferas pela burguesia nativa.

Outubro pôs a rezar toda burguesia e seus lacaios e os obrigou a atuarem em uma só frente para frear a rebelião popular, que ameaçou atirar por terra o regime capitalista. O referendo sobre o gás foi a tática formulada pelos reformistas e entusiasticamente adotada pela burguesia para enganar as massas. Apesar da abstenção massiva, do voto nulo e do voto em branco se imporem, legalmente o governo se declarou vencedor da consulta e se lançou aberta e desesperadamente a dar as maiores garantias às multinacionais para começarem a venda, isto é, o saque, do gás.

Passado o susto, as diversas corren-

tes políticas burguesas e suas variantes como o MAS interpretam que isto é o que o "povo soberano" decidiu no referendo fraudulento. É uma conspiração entre imbecis para saber quem é mais "realista" na hora de estabelecer uma "nova" política carborífera. Para o governo e seu delegado presidencial, Zarratti, o sensato é não prejudicar em absoluto as empresas, dar-lhes a razão em tudo: São Alberto é poço novo, os contratos se respeitam, uma mudança dos contratos somente se fará de maneira negociada, a milionária dívida que tem com impostos internos é posta em dúvida e "o delegado" declara que é impagável. Para os reformistas, trata-se de "nacionalizar" sem expulsar as empresas mas obrigá-las a firmar novos contratos mais favoráveis para o Estado.

Somente o POR assinala, expressando conscientemente o sentimento dos explorados, de que se trata de expulsar o imperialismo do país e a burguesia nacional do poder. Somente assim, sob o governo operário (propriedade social) camponês (governo da maioria), podemos libertar e enfrentar o imperialismo.

O Massas de 3 de setembro traz uma nota do movimento em Oruro, que acabava de ser deflagrado.

Oruro: Greve na UTO

Na segunda-feira teve assembleia de estudantes, que tomaram o canal TV-UTO, porque não divulgou com amplitude o rechaço estudantil à reivindica-

ção dos docentes e administradores de maiores salários. A resolução do Conselho Universitário (26-4-2004) dispõe não aumentar as remunerações neste ano. O Rei-

tor apresentou-se, somando-se à posição estudantil e se declarou em greve de fome, juntamente com os dirigentes da FUL.

A URUS intervém no conflito.

Eis os decretos do movimento:

Decreto Revolucionário N° 1: Não reconhecimento de todas as autoridades Universitárias tomando o total controle universitário os seguintes setores: Federação Universitária Local, Federação de Mineiros, Central Operária Departamental e Comitê Cívico.

DR N° 2: Destituição de todos os catedráticos. Cátedras livres, cátedras paralelas, e convocatória a docentes que reconheçam a este Governo Revolucionário.

DR N° 3: Converter o Co-governo Universitário paritário em tripartite: docentes, trabalhadores, com maioria estudantil como única garantia para que a Universidade se transforme e se coloque a serviço do proletariado.

DR N° 4: Reestruturação de todos os programas e matérias para que estas se adequem as lutas e objetivos do proletariado.

DR N° 5: Assistência livre dos estudantes com plena participação na tomada de decisões e na política universitária.